

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME BENEFICIÁRIO	ADRIL – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima
NIFAP	7169415
DESIGNAÇÃO	Vale do Lima Rural 2030
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. A Estratégia de Desenvolvimento Local do Vale do Lima Rural 2030

De acordo com a abordagem adotada, a EDL Vale do Lima Rural 2030, teve por base: a avaliação os resultados alcançados com a implementação da EDL 2014-2020; os contributos dos atores locais que participaram nas jornadas técnicas dinamizadas pela ADRIL e obtidos pela aplicação de inquéritos online (juntas freguesia, parceiros do GAL e promotores de projetos) e análise de instrumentos de planeamento estratégico nacional, regional e sub-regional.

Com base no diagnóstico e análise SWOT levada a cabo, apresenta 3 níveis de definição estratégica consubstanciadas nas seguintes componentes: **Visão**, que expressa as aspirações das comunidades rurais no horizonte temporal 2030; **Desafios/Enfoques**, que se colocam no TI e como este se propõe enfrentá-los; **Objetivos Estratégicos**, que corporizam a proposta de atuação e que permitem concretizar a EDL, garantindo o alinhamento e a coerência com as estratégias regionais e sub-regionais. Os Desafios/Enfoques e os Objetivos Estratégicos serão abordados detalhadamente nos pontos seguintes.

Visão:

Em 2030, o Vale do Lima afirma-se como território rural sustentável que, de forma inovadora, preserva, valoriza e regenera o capital natural, cultural e paisagístico, em prol da qualidade de vida dos residentes e da atração de turistas, trabalhadores e investidores.

2. Caracterização do território

O Território de Intervenção (adiante designado TI) da EDL “Vale do Lima Rural 2030”, integra a totalidade do território do Vale do Lima, constituído por 119 freguesias de 4 concelhos - Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo, inseridos na NUTS III Alto Minho que, por seu turno, faz parte da NUTS II Norte de Portugal.

Segundo os censos de 2021 residiam no Vale do Lima 158.704 habitantes maioritariamente distribuídos nas áreas mais ribeirinhas, onde se localizam as sedes concelhias. É uma área geográfica culturalmente homogénea que envolve o curso médio e terminal do rio Lima, numa paisagem sempre dominada pela água e definida por um copioso mosaico agrícola e florestal, fortemente humanizado em mais de 5 mil anos de ocupação sedentária. Apesar de uma vincada afinidade com as regiões confinantes, incluindo a Galiza, o Vale do Lima conserva uma forte identidade que é a sua marca distintiva e que se reflete em vários aspetos marcantes.

Justificação para a tipologia e limites apresentados

Importa referir que:

- Relativamente ao TI do último período de programação, acresce agora a UF de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela, únicas freguesias não rurais do TI que não tinham sido incluídas anteriormente em virtude do limite máximo estabelecido de 150 mil habitantes. A inclusão desta UF permite que a EDL abarque a totalidade das freguesias dos 4 concelhos do Vale do Lima e se apresente com uma delimitação administrativa precisa coincidente com os limites concelhios;
- Apesar de não estar classificada como rural, à luz da Lista das Freguesias Rurais de Portugal Continental – PEPAC, possui uma vasta área rural e uma atividade agrícola considerável;

- iii. A integração no TI é de grande importância para a EDL na medida em que permite apoiar as cadeias curtas e o escoamento da produção agrícola do Vale do Lima, pela proximidade aos consumidores e por acolher importantes estruturas de comercialização dos produtos agrícolas, como o Mercado Municipal de Viana do Castelo, numa lógica de aprofundamento da relação rural / urbano;
- iv. Com a nova conformação proposta, a população do território de intervenção é de 158.704 não excedendo, portanto, a limitação prevista de 200 mil habitantes;
- v. Em conjunto com o TI do Vale do Minho 2030, o território da NUTS III Alto Minho fica integralmente abrangido por DLBC rurais.

3. Caracterização da parceria

A parceria GAL Vale do Lima Rural 2030 é constituída por 36 atores de âmbito local, regional e/ou nacional, representativos do tecido socioeconómico do TI, englobando os diversos setores de atividade importantes para a implementação da EDL, a saber: agricultura (5 parceiros); agroalimentar (2); ambiente e energia (2); educação (4); floresta (1); indústria (2); património/cultura (7); turismo (3); social (6); outros (4). Dos 36 parceiros que compõem a parceria, 8 são de natureza pública e 28 de natureza privada. Regista-se a entrada para a parceria de 7 novos parceiros, 6 dos quais de natureza privada, (Turismo do Porto e Norte; Associação Empresarial de Viana do Castelo; Adega Cooperativa de Ponte de Lima; Associação Empresarial de Ponte de Lima; Adere PNPG; Área Alto Minho – Agência de Energia¹; Associação dos Amigos do Caminho Português de Santiago²) ativos nas áreas do agroalimentar, ambiente, património/cultura e turismo, o que equivale a um reforço da representatividade e diversidade, alargando a sua base institucional em cerca de 12% e cobrindo efetivamente todos os enfoques e as áreas de intervenção previstas na EDL.

Modelo Organizacional

Para a implementação da EDL Vale do Lima Rural 2030 dar-se-á continuidade ao modelo organizacional definido no anterior período de programação. A parceria continuará a ser representada pela ADRIL que, nos termos do acordo celebrado, assume a qualidade de Entidade Gestora da Parceria, uma ADL constituída por um conjunto alargado de instituições e empresas representativas do tecido económico, social e cultural do Vale do Lima com mais de 30 anos de atividade no território.

Regra geral, os associados da ADRIL constituem a parceria, pelo que esta reúne em plenário no contexto da Assembleia Geral (AG), órgão deliberativo a quem cabe a eleição dos membros dos restantes órgãos sociais: Direção(D), Conselho Fiscal (CF), Conselho Consultivo (CC) e Órgão de Gestão (OG).

Sucintamente, as funções e competências dos diferentes órgãos da ADRIL são as seguintes:

Assembleia Geral / Assembleia de Parceiros: Dar parecer sobre a admissão de novos parceiros, formalizada pela D, pronunciar-se sobre os relatórios anuais de atividade apresentados pelo OG; pronunciar-se, sempre que para o efeito seja solicitado pelo OG, sobre as matérias de interesse para a atividade do GAL, bem como em temas associados ao desenvolvimento sustentável do território, designadamente sobre a Estratégia de Desenvolvimento Local proposta.

Órgão de Gestão (OG): é responsável por: Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL; Assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, no acompanhamento e na avaliação; Decidir, com base nos pareceres emitidos pela ETL, sobre os PA apresentados; Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do GAL; Coordenar as ações de animação territorial e capacitação institucional e cooperação; Representar o GAL; Elaborar e submeter à aprovação das AG as propostas dos avisos de abertura de concursos; Propor à AG/AP a aprovação dos relatórios de execução anual da EDL.

¹ Assinaram Carta de Adesão/Acordo de Parceria, em fase de adesão como Associado da ADRIL.

² Assinaram Carta de Adesão/Acordo de Parceria, em fase de adesão como Associado da ADRIL.

Conselho Consultivo (CC): assume funções de acompanhamento e monitorização, aprecia e emite parecer sobre o Relatório de Execução Anual, e sempre que OG o convoque para se pronunciar sobre assuntos relacionados com o acompanhamento e avaliação da EDL.

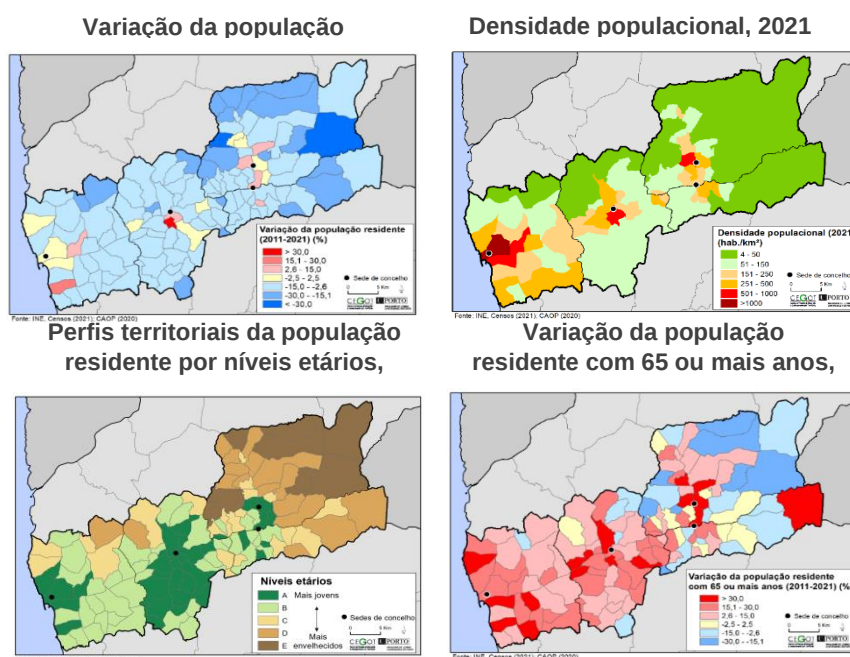
Estrutura Técnica Local: é constituída pelo Coordenador, pelo Departamento Técnico de Planeamento e Projetos (DTPP), pelo Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) e por um apoio externo de Consultoria e Apoio Legal. O Coordenador tem a seu cargo as seguintes tarefas: Coordenação técnica, administrativa e financeira da ETL; Divulgação dos objetivos da intervenção e âmbito de aplicação; Esclarecimentos de dúvidas relativas ao processo administrativo que obedece a tramitação das operações; Definição das condições dos Avisos de Abertura; Validação dos pareceres técnicos e do relatório final do Aviso para decisão por parte do OG; Assegurar a segregação de funções. O DTPP é responsável por: Elaborar o Manual de Procedimentos e submetê-lo à aprovação do OG; Definição das condições dos Avisos de Abertura; Esclarecimento de dúvidas; Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos PA apresentados; Solicitar, no âmbito da análise dos PA, parecer ao(s) parceiro(s) com intervenção na área; Elaboração do relatório final do aviso, incluído a hierarquização das candidaturas de acordo com a valia calculada; Acompanhamento físico e financeiro da execução dos PA; Análise dos PP; Assegurar os procedimentos para a realização da avaliação contínua da EDL e preparar os relatórios de execução. O DAF tem as seguintes atribuições: Gestão administrativa e financeira; Formalização dos PP dos projetos desenvolvidos pelo GAL; Esclarecimento de dúvidas prestação de esclarecimentos.

4. Diagnóstico da situação do território de intervenção

População

As dinâmicas populacionais refletem-se na perda acentuada da população total e no duplo envelhecimento da população residente. A população diminuiu 5,8%, em termos percentuais mais que a Região Norte e o país (passando de 167 mil habitantes, para pouco mais de 158 mil). O duplo envelhecimento exprime-se nas perdas populacionais dos mais jovens (-17,3% junto dos 0-24 anos e -21,5% dos 25-44 anos) e nos ganhos dos mais velhos (a população com +45 anos atinge quase os 60%). Os saldos naturais são negativos (os óbitos superam os nascimentos) e os níveis de longevidade aumentam anualmente. A perda demográfica e o envelhecimento populacional são uma fragilidade transversal praticamente a todo o território. Apenas as áreas urbanas mais centrais conseguem manter-se mais atrativas e equilibradas em termos etários.

O aumento dos níveis de escolaridade e qualificação da população residente, particularmente das camadas populacionais mais jovens, reflete-se ao nível do ensino secundário completo (+7,7%) e do ensino superior (+8,7% na população entre os 30 e os 34 anos).



Em termos territoriais, evidencia-se uma segmentação social, com os territórios localizados a ocidente, mais atrativos e com estruturas etárias mais jovens e escolarizadas, enquanto as áreas mais periféricas e remotas, localizadas no interior, estão numa situação de maior fragilidade social, com estruturas mais envelhecidas e menos qualificadas, muitas vezes em situações de maior isolamento e longe dos serviços primários básicos.

Economia e Emprego

Em termos de emprego, em 2021, as indústrias transformadoras representavam 22,6%, o terciário económico 42,3% (inclui comércio, restauração, armazenagem e outros serviços), o terciário social 27,4% (educação, saúde, apoio social), a construção 4,8%, e a agricultura, produção animal, caça e pesca (setor primário) 1,7%.

Na última década, o emprego e toda atividade económica registou dinâmicas muito significativas no Vale do Lima, destacando-se a liderança de Viana do Castelo. Em termos de atividades, registam-se dinâmicas positivas sobretudo na indústria automóvel, fabricação de componentes e acessórios, nos serviços TIC e em novas atividades de comércio e serviços.

As atividades mais intensivas em trabalho (indústria do vestuário e construção civil) regressaram.

A indústria transformadora concentra-se sobretudo nos concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez, aproveitando as infraestruturas de acessibilidades e os espaços de acolhimento empresarial disponíveis, sobretudo ao longo das principais redes viárias. As atividades terciárias estão fortemente concentradas na cidade de Viana do Castelo, e vão-se disseminando pelos restantes centros urbanos (Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca). O setor primário evidencia-se nos concelhos com características mais rurais (Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca). A economia local exporta bens ligados às máquinas e aparelhos e material elétrico, à indústria automóvel, à celulose, aos produtos alimentares e às bebidas.

O setor florestal tem importância a nível económico, dada a grande área florestal com potencial a ser aproveitado para produção de matérias-primas para indústria. A pasta de madeira ou de outras matérias celulósicas é um dos bens mais exportados do Vale do Lima, representando 22,7% das exportações. O concelho de Viana do Castelo é responsável pelas exportações de pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas, representando 240 milhões de euros.

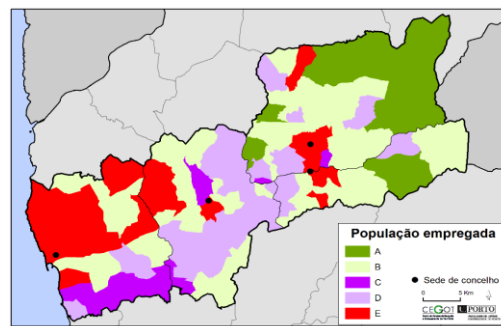
Turismo

No TI encontra-se uma riqueza natural e cultural de elevado interesse e forte atratividade, que cria valor ambiental, económico e social, através do envolvimento dos atores locais e da dinamização dos saberes e tradições locais. Em termos de atividade turística, estão assim reunidas boas características locais (património natural e paisagístico, cultural e arquitetónico) para o desenvolvimento do turismo rural, cultural e de natureza/aventura.

Projetos recentes em torno do turismo em espaço rural e de aldeia (casas senhoriais, casas de lavoura e aldeias) têm contribuído para a reabilitação do património edificado e para a recuperação dos pequenos centros, mas também para a melhoria da qualidade de vida dos residentes bem como para o reforço da atratividade de novos residentes (nomeadamente os nómadas digitais, estrangeiros e emigrantes que regressam ao país).

Nestes territórios, pode-se usufruir de centros históricos reabilitados e preservados. E os municípios têm reforçado o investimento na organização de eventos culturais de âmbito nacional e internacional. A procura pode também usufruir de recursos variados e iniciativas consolidadas de animação e lazer

Perfis territoriais da população residente ativa por setores de atividade, 2021



(Festas da Senhora da Agonia em Viana do Castelo, Feiras Novas de Ponte de Lima, Romaria de S. Bartolomeu em Ponte da Barca, ou as Festas de Nossa Senhora da Lapa em Arcos de Valdevez).

A oferta gastronómica é hoje um dos grandes fatores de atração turística ao longo de todo o ano: nos animais, as raças bovinas autóctones Barrosã, Minhota e Cachena e o porco Bísaro valorizam a produção agropecuária; nos vinhos, a excelente gama de Vinho Verde (Loureiro e Vinhão), que podem ser usufruídos nos restaurantes da região ou na visita às adegas de produtores/engarrafadores inseridos na Rota dos Vinhos Verdes; nos produtos regionais, evidenciam-se uma série de outros que se foram desenvolvendo por via de criação de empresas, nomeadamente, os enchidos e o mel. Complementarmente, é ainda de referir o artesanato, que ao longo dos anos se tem reinventado e aos produtos tradicionais têm acrescido interpretações criativas que têm trazido a inovação para este setor, como seja a ourivesaria, a cerâmica, e em papel, tem criado uma oferta de produtos mais diversificada.

O turismo de natureza e desportivo também tem aqui um enorme potencial. Os desportos náuticos como o surf, o windsurf, o kitesurf, o bodyboard, a canoagem, o mergulho, o remo, a vela e a pesca desportiva são ofertas que cresceram na região, e têm um potencial de desenvolvimento, atendendo ao que tem sido a alteração de comportamentos da população e a sua relação com a prática desportiva.

O rio Lima e seus afluentes propiciam uma complementaridade entre os 4 concelhos que permite a prática de desportos fluviais, como a descida do rio em caiaque e canyoning. Mas, por terra, pode-se percorrer vários km na rede de ecovias. Uma rede de trilhos interliga os principais polos desta oferta às áreas protegidas e classificadas – Parque Nacional da Peneda Gerês, Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos, Paisagem Protegida Corno do Bico, Serra de Arga, Veiga de São Simão e espaços da RN2000.

Do ponto de vista da oferta hoteleira, no Vale do Lima verifica-se que a região ainda tem margem de crescimento, mas também é necessário procurar conseguir níveis de permanência dos visitantes mais altos, pois atualmente o Vale do Lima é ainda encarado como um território de passagem, onde as estadias médias são curtas (1,9 dias, enquanto Portugal regista 2,6).

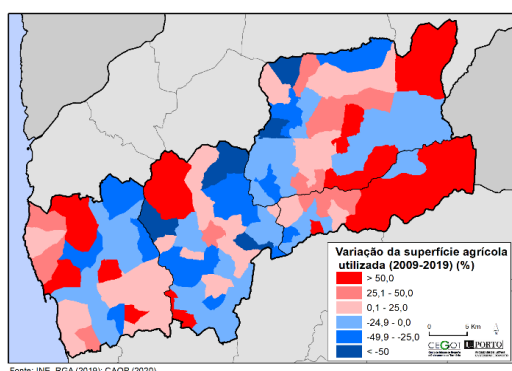
Todavia, a dinâmica dos últimos anos é bastante positiva e promissora. Entre 2011 e 2021, as dormidas em alojamentos turísticos aumentaram 156%, passando de cerca de 143 mil para 365 mil. Este crescimento reflete o aumento das dormidas de hóspedes nacionais (+182%) e internacionais (+113%).

Agricultura

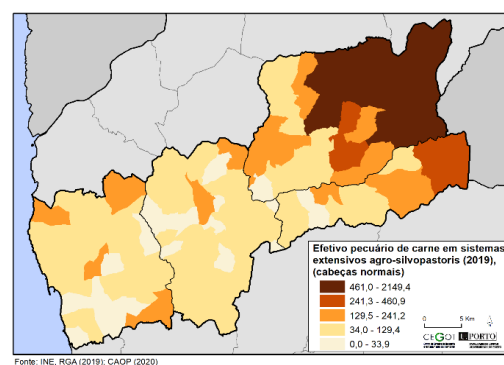
A RAN é muito significativa nestes territórios, revelando o potencial de utilização produtiva dos solos com melhor qualidade. Desta forma, o setor agrícola continua a estar muito presente no quotidiano destas populações. Entre 2009 e 2019, o número de explorações agrícolas diminuiu (-8%), a UTA (unidade de trabalho ano médio por exploração agrícola) também diminuiu muito significativamente (-33%), mas a SAU aumentou (17,1%). A agricultura é uma atividade desenvolvida sobretudo a tempo parcial, em pequenas

explorações agrícolas. Nesta área, a idade média dos produtores singulares (58,7 anos) e os seus baixos níveis de escolaridade (14,5% sem escolaridade e 71,5% só com o ensino básico) dificultam a

Variação da Superfície Agrícola Utilizada (%), 2009-2019



Efetivo pecuário de carne em sistemas extensivos agro-silvopastoris (CN), 2019



modernização do setor que, não obstante, tem avançado.

Nos três concelhos mais rurais (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Ponte de Lima), em cada 100 habitantes, 19 exercem atividade agrícola. Assim, a pluriatividade e o plurirrendimento são cruciais para a sustentação da exploração, para a manutenção da paisagem e para equilibrar os rendimentos familiares, nomeadamente de uma população muito envelhecida.

A agricultura está essencialmente ligada à atividade vitivinícola, à criação de bovinos de raças autóctones e gado caprino, e à produção de leite. A valorização da atividade agrícola tem vindo a ser encarada como uma oportunidade para a economia local, ao nível da produção de vinhos verdes (em particular os produzidos a partir da casta Loureiro) e na produção de produtos de carne associados às raças autóctones (carne de bovino da raça Cachena e de porco da raça bísara), destacando-se um conjunto de produtos endógenos certificados ou em vias de certificação (IGP Cabrito das Terras Altas do Minho, DOP Carne Barrosã, DOP Carne Cachena da Peneda, DOP Vinhos Verdes, DOP Carne Minhota, Mel e Plantas Aromáticas e medicinais).

A vinha é a cultura permanente com maior peso no TI, com valores acima dos 70%. Em 2019, a vinha ocupava 2541ha (72,6% da SAU das culturas permanentes), os frutos de casca rija 444ha (12,7% da SAU das culturas permanentes) e os frutos frescos, citrinos e subtropicais 333ha (9,5%). Entre 2009 e 2019, a vinha e os frutos de casca rija aumentaram muito a sua ocupação (a vinha reforçou-se com mais 265 ha e os frutos de casca rija, neste caso o castanheiro, com mais 268 ha). Os frutos frescos também se expandiram (mais 96 ha).

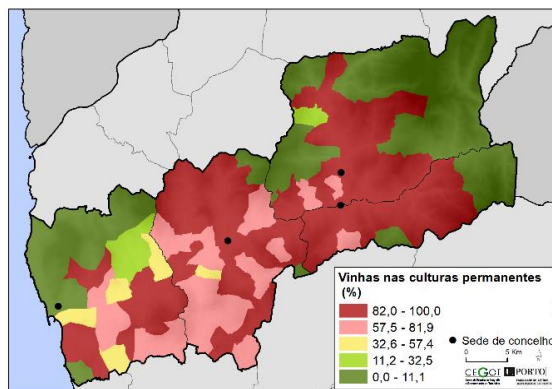
Recursos naturais e culturais

O Vale do Lima tem uma paisagem com características eminentemente rurais, onde se evidenciam os valores naturais e um conjunto de centralidades urbanas com um património histórico muito especial. Assim, o turismo encontra aqui uma riqueza natural e cultural de elevado interesse, com capacidade polarizadora, agregando e criando valor e dinamizando a região do ponto de vista ambiental, económico e social.

Neste âmbito, é fundamental reforçar a articulação entre o setor público e privado, de forma a criar-se um destino atrativo e competitivo. Viana do

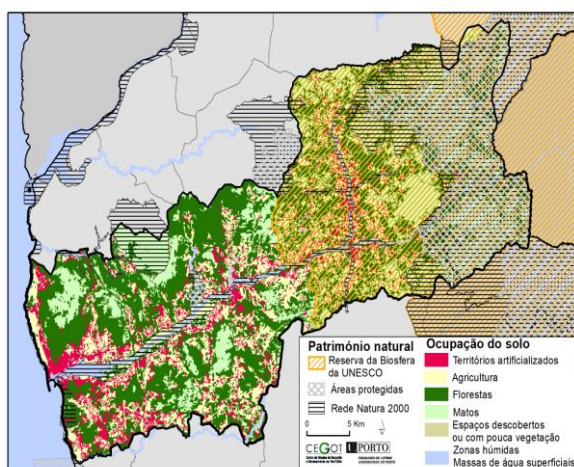
Castelo tem uma importante centralidade regional, sendo um polo dinamizador, competitivo e centralizador de dinâmicas urbanas e económicas. Ponte de Lima é uma vila que consegue conciliar um

Vinhas nas culturas permanentes (%), 2019



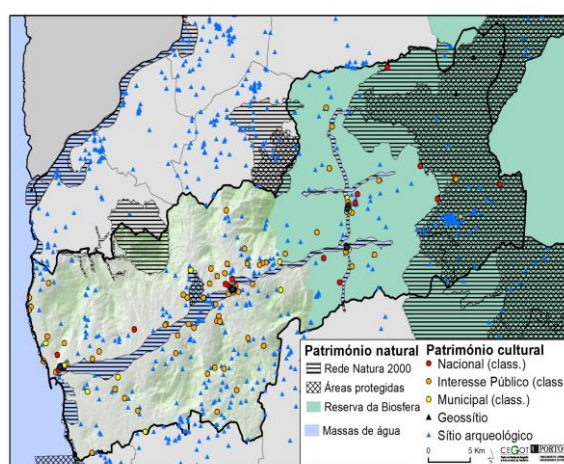
Fonte: COS (2018); CAOP (2020)

Património natural e ocupação do solo



Fonte: COS (2018); ICNF (2022); CAOP (2020)

Património natural e cultural



Fonte: ICNF (2022); DGPC (2022); CAOP (2020)

modelo urbano estruturado por um centro histórico reabilitado e uma capacidade de polarizar uma envolvente rural. Neste concelho, localiza-se a Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos, com milhares de visitantes anuais. O Turismo no Espaço Rural é uma marca muito associada a Ponte de Lima, com os seus solares, quintas e diversos recursos naturais e culturais. Para montante, surge primeiro Ponte da Barca e depois Arcos de Valdevez. É aqui que se desenvolvem as áreas de montanha do Vale do Lima, onde se encontram as aldeias serranas, a criação de gado bovino e caprino e muito do património cultural da região. Ambos os municípios partilham o Parque Nacional da Peneda Gerês, classificado como Reserva da Biosfera da UNESCO, com um património e uma diversidade natural únicas. As vilas de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca foram objeto de importantes intervenções de regeneração urbana, reabilitando os centros históricos e melhorando consideravelmente as suas amenidades e ofertas urbanas.

O Vale do Lima apresenta uma paisagem predominantemente florestal (41,5% área). A floresta de pinheiro-bravo tem vindo a regredir enquanto a floresta de folhosas de eucaliptos a aumentar.

Arcos de Valdevez (com 166 km²) e Ponte de Lima (com 154,2 km²) apresentam as maiores áreas florestais. Entre 1995 e 2018, à exceção de Ponte de Lima, todos os concelhos do Vale do Lima aumentaram em área florestal. Arcos de Valdevez é o que mais aumenta (+8,6%).

Extensas áreas florestais representam um elevado potencial de constituição de stock de carbono, mas também propiciam uma elevada vulnerabilidade a fogos rurais (63,8% do território é vulnerável à ocorrência de incêndios). A existência de associações e agrupamentos de proprietários é determinante para a gestão ativa, o ordenamento e a revitalização das áreas florestais, sobretudo quando domina o minifúndio.

Neste TI, a área em Zona de Intervenção Florestal (ZIF) é muito significativa. No âmbito do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), que configura estratégias para os territórios florestais vulneráveis no que respeita à elevada perigosidade de incêndio, estão previstos no território da ADRIAL dois Programas de Reordenamento e Gestão de Paisagem (PRGP): Entre o Minho e Lima e Serras da Peneda-Gerês. Neste âmbito, em 2021, foram aprovados dois programas de Condomínios de Aldeia (ambos localizados no concelho de Arcos de Valdevez) que têm o objetivo de apoiar as aldeias localizadas em territórios de florestas vulneráveis, contribuindo para reforçar a sua resiliência.

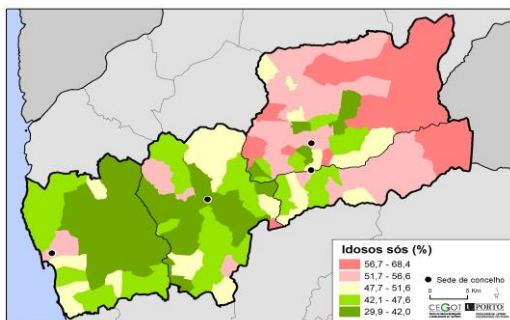
Produção, infraestruturas e serviços básicos

Os níveis de envelhecimento demográfico evidenciam a necessidade de equacionar uma intervenção dirigida ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas mais idosas. No Vale do Lima, em 2021, revelam-se situações de grande vulnerabilidade social associadas ao envelhecimento da população, quer pelos elevados níveis de isolamento e dificuldade de acesso a serviços básicos, quer pela própria condição dos indivíduos: 19.742 idosos residem sós (46,6% dos idosos); 22.151 idosos têm incapacidades físicas (52,3% dos idosos); 6.284 idosos têm incapacidades mentais (14,8% dos idosos).

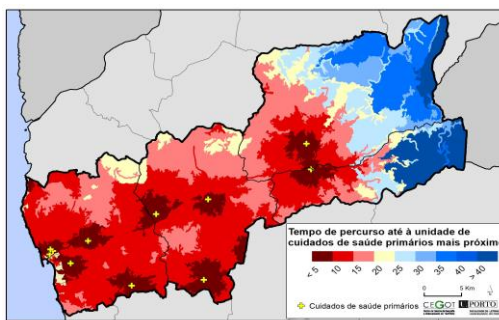
Esta é uma tendência em crescimento ao longo dos últimos anos e com perspetivas a piorar face ao acentuado envelhecimento demográfico. A taxa de cobertura das principais respostas sociais para idosos é insuficiente. É preciso também melhorar as respostas tendo em vista um envelhecimento saudável. Equipamentos, serviços básicos e transportes, frequentemente, não respondem de forma adequada às necessidades específicas das populações, sobretudo nas áreas mais dispersas e rurais. Tempo de acesso aos cuidados de saúde básicos e ao ensino obrigatório é ainda elevado e precisa de ser reduzido com diferentes soluções de mobilidade e acessibilidade, física e digital, de forma a garantir um acesso mais equitativo.

As taxas de cobertura das creches e dos centros de atividade e capacitação para a inclusão precisam de ser melhoradas. Além disso, é necessário desenvolver políticas integradas de atração e rejuvenescimento populacional.

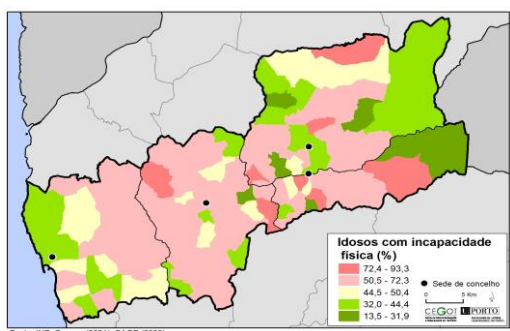
Idosos a residir sós no total de população com 65 ou mais anos (%), 2021



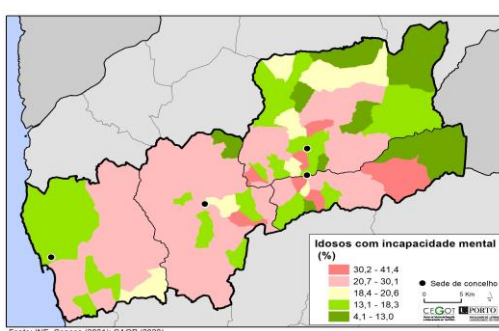
Tempo de percurso até à unidade de cuidados de saúde primários + próximos (%), 2021



Idosos com incapacidades físicas, no total de população com 65 ou mais anos (%), 2021



Idosos com incapacidades mentais, no total de população com 65 ou + anos (%), 2021

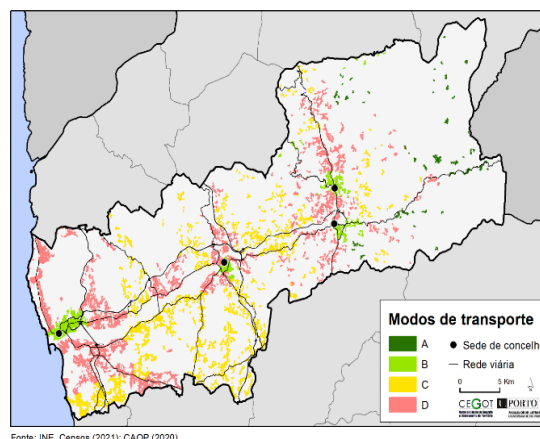


Sustentabilidade e Clima

No Vale do Lima, registam-se algumas oscilações anuais no que respeita à temperatura média do ar, e os registos mais recentes dão conta de uma tendência gradual de aumento da temperatura média (em cerca de 1°C), quando os valores médios rondam os 13°C e os 16°C. Os valores de temperatura mínima e máxima do ar têm mostrado uma tendência para aumentar ao longo dos últimos anos. Os aumentos são mais significativos na temperatura mínima do ar. Nestes territórios, de acordo com os registos de temperatura mais recentes, a temperatura mínima ronda os 10°C e a temperatura máxima situa-se, em média, nos 21°C. Em 2021, só a região hidrográfica do Minho e Lima permaneceu sem escassez de água e manteve 100% das suas águas subterrâneas em “bom” estado global.

A diminuição da emissão de gases poluentes é uma das principais preocupações quando se reflete as questões relacionadas com a sustentabilidade e alterações climáticas. Entre 2015 e 2019, os gases com efeito de estufa (GEE) permaneceram no topo das emissões (mais de 644 kton em 2019), mas ainda assim com uma diminuição de -2,6%. Os transportes (249 kton, 38,6%), a indústria e eletricidade (134 kton, 20,8%) e os resíduos (103 kton, 16%) são os setores mais emissores de GEE. Embora com uma tendência de diminuição face a 2015, as emissões de substâncias acidificantes e

Perfis territoriais dos modos de deslocação nos movimentos pendulares de casa-trabalho/escola, 2021



Modos de transportes	A	B	C	D
Suaves (pé e bicicleta)	27,8	24,4	9,2	8,1
Transporte coletivo	18,9	6,6	20,0	11,6
Automóvel	53,3	69,0	70,8	80,3

eutrofizantes são também significativas, mas com valores bastante inferiores aos GEE. A indústria e eletricidade e os transportes são os setores mais emissores.

De realçar, o surgimento no Vale do Lima de ações de apoio à investigação para mitigação das alterações climáticas, como o lançamento de Branda Científica de São Bento do Cando no Parque Nacional da Peneda-Gerês, uma estação internacional de investigação para apoiar os trabalhos dos cientistas.

As alterações registadas, nas últimas décadas, em termos de artificialização do solo e distribuição do edificado têm também implicações em termos de desempenho ao nível da sustentabilidade destes territórios. Entre 1995 e 2018, os territórios artificializados, pastagens e floresta aumentaram 24,7%, 6,5% e 4%, respetivamente, enquanto a agricultura, superfície agroflorestal, matos e espaços com pouca vegetação perderam expressão. Com exceção de Ponte de Lima, regista-se um aumento da área florestal, que continua a representar uma presença muito significativa na paisagem do Vale do Lima (41,5%). A artificialização dos solos em áreas sujeitas a riscos de inundação e a dispersão do povoamento em meio rural tem contribuído para aumentar a suscetibilidade a riscos de inundações em contextos urbanos e rurais.

Relativamente aos resíduos há ainda caminho a percorrer no que respeita à utilização e à recolha e tratamento dos resíduos urbanos. A grande maioria dos resíduos são ainda enviados para aterro (+ 80%) e a reciclagem de resíduos, embora esteja a registar ligeiros aumentos, continua a representar um peso demasiado baixo (cerca de 10%). No contexto do Vale do Lima, a gestão de resíduos representa a maior fatia das despesas dos municípios em termos de gestão e proteção do ambiente.

Transição energética e digital

Na transição energética, o Vale do Lima apresenta ainda uma situação de elevado e crescente consumo de energia elétrica e de forte dependência de combustíveis fósseis, embora este seja um território de considerável potencial no que respeita ao aproveitamento das suas condições naturais para produção, armazenamento e utilização de energia renovável.

Em 2021, o consumo de energia elétrica no Vale do Lima é em grande medida representado pelo consumo doméstico, mas também pelas atividades industriais (por exemplo, na fabricação de pasta, papel e cartão, em Viana do Castelo e na fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, em Arcos de Valdevez). Os valores provisórios de 2021, indicam que o consumo total de energia elétrica varia entre os 6 884,3 kWh/hab., em Viana do Castelo e os 2 340,9 kWh/hab., em Ponte da Barca.

Na energia eólica existe um potencial elevado de produção. Na barragem de Alto de Lindoso, localiza-se um centro electroprodutor de energia hídrica com uma potência instalada na ordem dos 620 MW. Existem várias instalações de produção de energia eólica, assim como um centro de energia proveniente da biomassa. Comparativamente a outros territórios a nível regional, no Vale do Lima identificam-se pequenas manchas de fraca sensibilidade ambiental e patrimonial (propícias para localizar unidades de produção de eletricidade renovável que poderão ainda ser potenciadas). Em paralelo, é ainda necessário aumentar a capacidade regional de armazenamento de energia e promover o reforço das redes de distribuição de eletricidade.

Na tentativa de contrariar a dependência de combustíveis fósseis tem sido impulsionada a alteração de comportamentos de mobilidade, sobretudo em favorecimento de modos suaves e de veículos elétricos. Por todo o Vale do Lima, têm surgido vários postos de carregamento elétricos, mas sobretudo concentrados nos centros urbanos. Ainda assim, a dependência dos combustíveis fósseis continua a prevalecer e os modos suaves têm ainda pouco expressão nos movimentos pendulares de casa para o trabalho ou para a escola da população residente no Vale do Lima: 74,3% usa o automóvel e 13,8% usa modos suaves.

Os baixos níveis de eficiência energética dos edifícios habitacionais são também uma problemática. Por outro lado, a transição digital é também uma prioridade para estes territórios. Os acessos à internet têm vindo a aumentar gradualmente em todos os municípios do Vale do Lima e nas taxas de cobertura

dos serviços de internet de banda larga também, assim como a disponibilização de serviços de dados com tecnologia 4G e 5G. Todavia, é necessário em algumas áreas reforçar as redes e melhorar o acesso a ferramentas digitais, não só no que respeita às residências, mas também nos restantes setores sociais e económicos, designadamente no setor.

Infraestruturas de mobilidade (modos de deslocação)

A população residente no Vale do Lima, nos seus movimentos pendulares de casa para o trabalho ou para a escola, usa predominantemente o automóvel (74,3%). Os modos suaves (a pé e de bicicleta) e os transportes coletivos têm uma fraca expressão (respetivamente, 13,8% e 11,9%). Estes números revelam a forte dependência do uso do automóvel da população do Vale do Lima. No entanto, mesmo considerando essa dependência, existem várias realidades espaciais, que podem exigir respostas diferenciadas.

Nos núcleos urbanos (perfil B), de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca), dominam o uso do automóvel (69%), que conjugam com modos de deslocação sobretudo a pé. Ao longo das principais redes viárias domina uma deslocação sobretudo suportada pelo uso do automóvel (perfil D).

Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil

A governança eficaz e eficiente é um fator essencial para o sucesso da implementação da EDL, enquanto instrumento um processo que agrega atores, formais e informais, dos setores público e privado, organizados e comprometidos que interagem para cocriar e operacionalizar uma estratégia.

Assim encarada, a boa governança pressupõe algumas dimensões fundamentais que estão presentes nesta proposta de intervenção e, consequentemente, no território do Vale do Lima que se traduzem na existência de: uma estratégia, compreendendo uma visão, desafios e objetivos estratégicos claramente identificados para o território, assumidos e partilhados pelos atores locais; uma parceria constituída por um grupo de atores relevantes, institucionais e empresariais, comprometidos com os objetivos e com capacidade para garantir a sua prossecução e realização; capacidade institucional e organizativa, interna e externa, designadamente para: garantir os recursos financeiros necessários; assegurar a informação e capacidade técnica essenciais; legitimar a tomada de decisões, introduzir ajustamentos e prosseguir os objetivos; cooperar com outros espaços territoriais e institucionais, garantindo a conectividade do território; deter experiência colaborativa na execução de estratégias e dos projetos que a corporizam.

A inovação social, por seu turno, constitui também um instrumento para experimentar soluções para problemas que se colocam às sociedades atuais, designadamente às comunidades rurais. O Vale do Lima, inserido na NUTS III Alto Minho, tem procurado respostas inovadoras para problemas que muitas vezes carecem de soluções mais ajustadas, informais, obtendo resultados mais adaptados ao contexto rural. O carácter inovador é inerente à execução da ação social no território e nas mais diversas áreas de atuação, ocorrendo quando é gerada uma nova resposta a um problema social, diferenciada das convencionais, que promove a autonomia e gera um impacto social positivo, com utilização eficiente de recursos. A Parceria que constitui o GAL bem como todo o Alto Minho têm vindo a implementar novas respostas, serviços, práticas e modelos, que simultaneamente atendem às necessidades sociais e geram novas relações ou colaborações entre entidades públicas, sociedade civil ou organizações privadas, beneficiando a sociedade e potenciando a sua capacidade de atuação.

O próprio GAL do Vale do Lima constitui uma emanção da sociedade civil organizada através do seu tecido institucional que se encontra adequadamente representado na parceria. Todavia, a participação dos cidadãos na construção das estratégias bem como o seu envolvimento nos processos de decisão e de execução constitui um objetivo a prosseguir na medida em que contribui para o sucesso e apropriação por parte da comunidade. No âmbito da preparação desta EDL a comunidade e população em geral residente e/ou a exercer funções no território do Vale do Lima foi chamada a pronunciar-se, por diversas formas e instrumentos, designadamente através da resposta ao inquérito por questionário online e a

organização de jornadas técnicas que foram objeto de grande difusão, designadamente através das redes sociais.

5. Identificação dos desafios

A EDL Vale do Lima Rural 2030 pretende dar resposta a um conjunto de desafios com que o TI está confrontado e que importa superar, identificados através do trabalho de auscultação das comunidades locais levado à cabo pela ADRIL enquanto entidade gestora do GAL, em consonância com o exercício de diagnóstico e de construção da análise SWOT. São estes:

- O combate à desertificação e aos problemas demográficos que caracterizam a grande maioria das comunidades rurais e este TI em particular, procurando atrair e fixar as novas gerações;
- O envelhecimento da população e ao acesso aos serviços de interesse geral de qualidade por parte das comunidades rurais;
- A promoção do trabalho em rede e das dinâmicas de cooperação entre as empresas do setor privado e entidades públicas, com vista a obterem os benefícios subjacentes às economias de escala e melhorarem a sua competitividade, facilitando por sua vez o acesso à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Qualificação;
- A atração de investimento tendo em vista um modelo de desenvolvimento sustentável assente no aproveitamento económico, ambiental e social dos recursos endógenos e dos produtos locais, bem como na especialização produtiva mais inteligente, energeticamente mais eficiente e adaptada às exigências da procura;
- O empreendedorismo que promova a inovação de processos e o desenvolvimento de novos produtos e serviços de valor acrescentado para as economias locais e com elevado potencial de crescimento;
- A promoção da igualdade de género tendo em vista o aumento da participação das mulheres em todas as linhas de intervenção do setor agrícola e florestal, com especial enfoque nas funções crescentemente qualificadas;
- Valorização das produções locais, com especial enfoque nos produtos diferenciadores e de qualidade reconhecida, e promoção do seu consumo junto da população local e nas empresas locais que conformam a oferta turística;
- Reduzir a sazonalidade da procura turística e aproximar a taxa de permanência no TI dos valores médios a nível nacional, sem pôr em causa a sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e culturais;
- O estímulo à sustentabilidade ambiental das empresas, com especial enfoque na componente da eficiência energética e do combate às alterações climáticas;
- A melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais apostando, entre outros, na melhoria da eficiência energética das construções e um melhor acesso a serviços e infraestruturas;
- Apoio à transição digital das empresas, especialmente do setor agrícola e florestal, com base na diversificação de meios, aposta capacitação tecnológica e especialização profissional dos recursos humanos;
- O fomento da inclusão, da literacia digital e do desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da cidadania e ao envolvimento ativo das comunidades locais na definição e implementação das políticas de desenvolvimento do TI;
- A valorização e gestão da paisagem tradicional, um dos principais atrativos turísticos do TI, promovendo a manutenção das atividades rurais e a conservação da biodiversidade, relevando o importante papel que a atividade agropecuária e florestal têm neste contexto;
- A afirmação da cultura e a identidade das comunidades rurais como aspeto diferenciador.

A parceria GAL Vale do Lima Rural 2030 pretende dar resposta a este conjunto de desafios do TI consubstanciados nos seguintes enfoques temáticos/áreas de intervenção e respetivos objetivos estratégicos, articulados com as medidas e ações suscetíveis de serem apoiadas pelo FEADER.

No contexto da NUTS III Alto Minho, o processo de preparação e construção das EDL do Vale do Lima Rural e Vale do Minho beneficiam de uma cooperação que tem vindo a ser aprofundada entre os dois GAL. Neste contexto, as duas EDL preveem, atentas às características e vocações partilhadas por ambos os TI cuja área de abrangência cobre todo o território do Alto Minho, duas intervenções conjuntas: (i) Plano de Desenvolvimento das Produções Locais e Sistemas Agroalimentares, cuja coordenação será assegurada pelo GAL do Vale do Minho; (ii) Plano Aldeias do Alto Minho – Aldeias de Tradição de Nova Geração, cuja coordenação competirá ao GAL do Vale do Lima. Respeitando integralmente a individualidade de cada EDL e de cada GAL, estas são duas áreas de intervenção fundamentais para o Alto Minho, cuja abordagem conjunta se justifica também atentas as vocações que se complementam e articulam entre os dois TI.

ENFOQUE / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Necessidades Principais							Necessidades Complementares														Resultados			
	COE8N3	COE8N4	COE8N1	COE8N2	COE8N5	COE8N6	COE8N7	COE1N5	COE2N1	PTOE2N1	PTOE4N1	COE4N5	PTOE4N2	PTOE6N1	COE6N4	COE6N5	COE6N6	COE7N5	COE9N5	COE9N8	PTO1N1		PTO1N2	PTO1N3	PTO1N4
1-Agricultura e Floresta mais sustentáveis, eficientes, competitivas e resilientes	x	x	x		x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	R.37, R.39, R.9, R.10, R.15, R.17 e R.19
1.1-Atrair e reter ativos jovens, designadamente mulheres, para funções qualificadas	x	x	x		x	x	x											x			x		x	x	
1.2-Apoiar o investimento assente numa especialização produtiva inteligente, eficiente e ajustada às exigências da procura	x	x	x		x	x	x		x			x	x	x				x			x	x	x	x	
1.3-Promover uma rede de infraestruturas e serviços especializados e partilhados de apoio às explorações, que facilite o acesso à I&DT, inovação e qualificação	x	x	x		x	x	x		x	x	x	x	x	x	x		x			x	x	x	x	x	
1.4-Preservar, valorizar e gerir a paisagem, promover a conservação da biodiversidade e difundir o papel da atividade agroflorestal	x	x	x		x	x	x				x	x		x	x	x	x			x					
2-Bioeconomia e Economia Circular (Plano Desenvolvimento produção local e sistemas agroalimentares)	x	x	x		x	x	x		x			x	x					x	x				x	x	R.37, R.39, R.9, R.10 e R.15
2.1-Valorizar e promover os produtos locais, designadamente através da sua certificação e das cadeias curtas de abastecimento	x	x	x				x		x									x	x				x	x	
2.2-Desenvolver sistemas de alimentação e nutrição resilientes, funcionais, seguros, sustentáveis e circulares	x	x	x				x											x	x				x	x	
2.3-Estimular a produção e a utilização de bioenergia e biocombustíveis	x	x	x		x	x	x		x			x	x					x					x		
2.4- Apostar na Investigação, inovação e economia circular, no apoio ao desenvolvimento de produtos inovadores adaptados às especificidades das produções locais	x	x	x		x		x		x			x	x					x	x				x	x	
3-Turismo em Espaço Rural e oferta complementar	x	x	x	x			x	x	x						x	x	x	x							R.37, R.39, e R.15
3.1-Qualificar, consolidar e promover a oferta turística ambientalmente mais sustentável e circular, em particular no que se refere ao Turismo em Espaço Rural	x	x	x	x			x	x	x						x	x		x							
3.2-Reduzir a sazonalidade e incrementar a estada média através do incentivo à diversificação da oferta de animação turística, experiências autênticas, organizadas em roteiros e produtos turísticos integrados	x	x	x	x			x	x	x									x							
3.3-Promover a eficiência, a sustentabilidade e a circularidade na utilização turística dos recursos naturais e culturais	x	x	x	x			x	x	x						x			x							
4-Qualidade de vida nas comunidades rurais (Planos Aldeias do Alto Minho)	x	x								x	x				x		x					x			
4.1-Reabilitar o edificado, tornando-o mais sustentável eficiente, disponível para novas vocações	x	x															x								
4.2-Promover a conectividade, mobilidade e digitalização da comunidade através de soluções inteligentes	x									x							x					x			
4.3-Valorizar o património cultural e estimular a arte e as práticas culturais	x																x								
4.4-Atrair e fixar novos residentes e promover a sua integração, aproveitando as tendências do trabalho	x																x					x			
4.5-Favorecer o envolvimento da comunidade na procura de ferramentas e soluções inovadoras para os desafios do dia a dia	x	x								x	x				x		x					x			

6. Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento das comunidades locais

A ADRIL, enquanto parceiro gestor do GAL, promoveu a realização dos trabalhos necessários à construção da “EDL Vale do Lima Rural 2030”, com o apoio dos parceiros. Assim, a construção participada da EDL para o período 2023-2027 e a preparação da presente candidatura tiveram por base:

- Os resultados alcançados com a implementação da Estratégia definida para o período 2014-2020, patentes na avaliação intercalar e final da sua execução;
- Os contributos obtidos através da participação e envolvimento ativo dos atores locais (municípios e restantes parceiros, promotores de projetos, comunidade local, etc.) num conjunto de reuniões da parceria e jornadas técnicas de auscultação promovidas entre 2022-2023, tendo em vista a construção da Estratégia, e que foram dinamizadas pela ADRIL em cada um dos 4 concelhos que fazem parte do território de intervenção;
- Os contributos obtidos através da auscultação dos atores locais mediante a aplicação de inquéritos por questionário online destinados a três públicos-alvo em específico: i) promotores de projetos institucionais e empresariais apoiados no âmbito da EDL Vale do Lima 2014-2020; ii) Entidades públicas e privadas que integram a parceria e iii) Juntas de Freguesia do território de intervenção;
- De assinalar, ainda, os contactos informais que foram estabelecidos com todos os membros da parceria no sentido de explicitar a proposta de EDL e recolher contributos específicos na(s) respetiva(s) área(s) de atuação.

Na tabela são listadas as reuniões da parceria e as jornadas técnicas de auscultação realizadas em torno da elaboração da EDL para o período 2023-2027.

Sessão trabalho	Data	Objetivo	Pax
Reunião da parceria (sede da ADRIL)	28/06/2022 e 3, 23, 24 e 27 de Jan. de 2023	Analisar e discutir os pressupostos da candidatura, aspetos chave e questões a ter em conta	18, 11, 9, 8 e 11
Jornadas Técnicas P. Lima, P. Barca, V. Castelo e A. Valdevez	7, 10, 11 e 13 de Jul. 2023	Proporcionar uma reflexão conjunta em torno da evolução recente do território do V. Lima, dos seus principais desafios e das apostas coletivas para o seu desenv. local / rural	7,10,9 e 18
AG e Apresentação Pública	21/07/2023	Apresentar, discutir e validar a EDL 2023-2027	17 e 20

7. Evidencia da articulação da EDL

Perspetivar o desenvolvimento das comunidades rurais no horizonte temporal 2030 implica debruçar-nos sobre os documentos estratégicos que irão influenciar a política nacional e comunitária neste domínio, bem como a afetação de recursos disponíveis, nomeadamente de instrumentos de ordem financeira destinados a apoiar investimentos de natureza pública e privada, assegurando a coerência, o contributo e a articulação indispensável entre os objetivos estratégicos propostos para a EDL Vale do Lima Rural 2030 e a Estratégia Regional Norte 2030, a Estratégia de Especialização Inteligente RIS3 e a Estratégia Alto Minho 2030

O quadro abaixo reflete a articulação, a intensidade do contributo e a coerência existente entre os objetivos estratégicos propostos para a EDL do GAL Rural Vale do Lima Rural 2030 e, respetivamente, os objetivos estratégicos consagrados nas diferentes estratégias regionais e sub-regionais.

Estratégia Regional Norte 2030		OE Vale do Lima Rural 2030													
		1.1	1.2	1.3	1.4	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	4.4
Objetivos Estratégicos do Norte 2030	OE1-Intensificação tecnológica da base produtiva regional	***	***	**	*	*	*	***							
	OE2-Valorização de ativos e recursos intensivos em território		**		***	***	*	***	*	***	**	*		***	

	OE3-Melhoria do posicionamento competitivo à escala global	***	***	***	*	*		**	*	*	*	*	*
	OE4-Consolidação sustentável do sistema urbano policêntrico	*	**	*	**	*	**	*	*		**	***	***
	OE5-Promoção da empregabilidade de públicos e territórios-alvo	***	***	**	*	*	*	***	**	**	*	*	**
Objetivos Gerais Norte 2030	OT1-Acréscimo de qualificações em todos os segmentos e grupos-alvo da população	***	**	**			**	***	*	*	**	*	**
	OT2-Equidade vertical e horizontal no acesso a bens e serviços públicos de qualidade											***	*
	OT3-Eficácia e eficiência do modelo de governação regional											***	*
Estratégia Alto Minho 2030 (Prioridades e objetivos específicos)													
Competitividade	1.1-Valorizar os recursos endógenos como critério de afirmação competitiva		*	*	***	***	**	**	*	*	***		**
	1.2-Articular a base competitiva regional e setorial	*	**	***				*	**	*		*	*
Atratividade	2.1-Estruturar produtos de localização residencial					*	*					*	*
	2.2-Estruturar produtos turísticos							***	***	**			**
	2.3-Estruturar produtos de localização empresarial	*	***		*	*	**						
Conetividade	3.1-Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de pessoas											**	**
	3.2-Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de bens	*	**	*		*	**			*		*	*
	3.3-Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de conteúdos			*		*		*	*	*			
	3.4-Promover a abertura à escala internacional e o estabelecimento de plataformas colaborativas			***		**	*	**	*			*	*
Resiliência	4.1-Promover a resiliência por via da sustentabilidade	**	***	**	**	*	***	*	***	***	**	*	*
	4.2-Promover a resiliência por via da coesão			***		**	**		***	**		***	**
	4.3-Promover a resiliência por via da competitividade	*	**	**		*	*	**	**	**		*	*
Estratégia de Especialização Inteligente (RIS 3)													
Domínios Prioritários RIS 3 Estratégia de especialização Inteligente	Criatividade, Moda e Habitats		*	*							*	*	***
	Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico	*	***	***	*	*	*	***				*	
	Sistemas Agroambientais e Alimentação	*	***	***	*	***	***	**	*	*			
	Mobilidade Sustentável e Transição Energética		*	*		*	*	***	*			**	
	Ciências da Vida e Saúde						*					*	
	Ativos Territoriais e Serviços do Turismo					*	*		***	***	***	*	*
	Recursos e Economia do Mar					*	*					***	*
	Tecnologias, Estado, Economia e Sociedade		***	***			*	***	*			***	*

Legenda: ***Articulação forte ** Articulação relevante * Articulação moderado ou indireto

8. Definição das áreas de intervenção da EDL

De acordo com informação apresentada no ponto 5. o seguinte quadro identifica o peso percentual das verbas e metas atingir.

RESULTADOS ESPERADOS/ENFOQUES	#1	#2	#3	#4
R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	0,50%	11,50%	5,00%	

R.39 - Desenvolver a economia rural: N.º de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	5,00%	22,50%	10,00%	
R.40 - Transição inteligente da economia rural: N.º de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas				5,00%
R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraest. graças ao apoio da PAC				5,00%
R.42 - Promover a inclusão social: N.º de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados				5,00%
R.9 - Modernização das explorações agrícolas: N.º explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos	5,00%	5,00%		
R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento: N.º de explorações agrícolas que participam em AP, OP, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC;	2,00%	5,50%		
R.15 - Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW)	2,25%	5,00%	5,00%	
R.17 - Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agrossilvicultura e restauração, com respetiva repartição	0,50%			
R.18 - Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal	0,25%			

9. Plano de Ação

De acordo com o diagnóstico realizado, os objetivos específicos e necessidades identificadas foram estruturados no seguinte quadro, com a identificação das ações que consideramos que devem ser incluídas no programa LEADER.

Eixos de Intervenção	Ações	Objetivos Resultados	% FEADER
1-Agricultura e Floresta mais sustentáveis, eficientes, competitivas e resilientes (15,50%)	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (focados em produtos de qualidade, nomeadamente os biológicos e certificados) (14,50%)	R.37	0,50%
		R.39	5,00%
		R.9	5,00%
		R.15	2,00%
		R.10	2,00%
	Pequenos investimentos na gestão florestal sustentável ³ (1,00%)	R.15	0,25%
		R.17	0,50%
		R.18	0,25%
2-Bioeconomia e Economia Circular (Plano Desenvolvimento produção local e sistemas agroalimentares) (49,50%)	Apoio a atividades de prestações de serviços agrícolas e florestais (15,00%)	R.37	5,00%
		R.39	5,00%
		R.9	5,00%
	Cadeias curtas e promoção de produtos agrícolas (5,50%)	R.10	5,50%
	Criação e desenvolvimento de microempresa (15,00%)	R.37	5,00%
		R.39	10,00%
	Pequenos Investimentos de transformação, comercialização e desenvolvimento de produtos agrícolas (14,00%)	R.37	1,50%
		R.39	7,50%
		R.15	5,00%
3-Turismo em Espaço Rural e oferta complementar (20%)	Diversificação de atividades na exploração (20,00%)	R.37	5,00%
		R.39	10,00%
		R.15	5,00%
4-Qualidade de vida nas comunidades rurais (Planos Aldeias do Alto Minho) (15,00%)	Apoio a estratégias para valorização conjunta de "Aldeias Inteligentes" (20,00%)	R.40	5,00%
	Serviços básicos à população rural e apoio as coletividades (10,00%)	R.41	5,00%
		R.42	5,00%
			100,00%

³ A financiar através da Secretaria de Estado da Conservação da Natureza e Florestas